**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

O MUNICÍPIO de Marquinho, Estado do Paraná, ora denominado licitador, torna público que às 09:00 horas, do dia 20 de junho do ano de 2023, na Rua Sete de Setembro, s/nº, em Marquinho, Paraná, Brasil, a Comissão de Licitação, integrada por membros indicados pelo órgão instaurador da licitação, através de documento hábil, receberá as propostas para a contratação do objeto da Concorrência Pública n° 002/2023 do tipo **MELHOR PROPOSTA TÉCNICA**, que será regida pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei Municipal n. 644/2018 de 26 de junho de 2018, conforme objeto(s) abaixo descrito(s).

**1. OBJETO**

1.1. **CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL COM BENFEITORIAS PARA A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA, LOCALIZADO NO LIMITE DA FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364**, conforme previsão expressa na Lei Municipal n. 644/2018, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento empresarial, com as seguintes especificações:

Imóvel situado na Gleba 08, lote 18, Colônia Piquiri, com área total de 24.220,77 m², com a edificação de um barracão industrial em alvenaria com área total de 550,00 m², e perfuração de um poço artesiano, matricula n. 25.668, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul e demais especificações conforme Anexo I Termo de Referência.

1.1.1. A edificação a que se refere o item será realizada pelo Município de Marquinho, com início das obras após o término do presente certame e previsão de termino e entrega à empresa vencedora em fevereiro de 2024, sendo que obedecerá ao projeto do Departamento de Engenharia e disponibilizado às proponentes interessadas por meio do correio eletrônico [marquinho.licitacao@gmail.com](mailto:marquinho.licitacao@gmail.com) e no endereço eletrônico www.marquinho.pr.gov.br.

**§ 1º** A CONCESSIONÁRIA deverá assinar termo de compromisso de manutenção da atividade pelo prazo de 30 (trinta) anos nas mesmas condições estabelecidas no termo de incentivo, não podendo paralisar as atividades, transferir, alugar ou vender, alienar ou ofertar em garantia o imóvel.

**§ 2°** As benfeitorias que a CONCESSIONÁRIA realizar sob o imóvel, quais sejam, reformas e ou ampliações no barracão, outras construções sob o terreno, terraplanagens, pavimentações, tanques e/ou poços, entre outros, ficarão incorporadas ao imóvel sob a propriedade da Prefeitura de Marquinho após o término do contrato e/ou do aditivo.

**2. META**

2.1. A meta principal da concessão é dar cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 644/2018, ou seja, oferecer incentivo econômico que propicie a instalação de empresa (nova ou existente) o que, por conseguinte, deverá estimular a ocorrência de fatores de melhoria das condições socioeconômicas da população do Município, tais como a geração de empregos, a preservação do meio ambiente, a geração de tributos, a geração de movimento econômico e o aumento do produto interno bruto – PIB.

2.2. A concessionária estará comprometida com o requisito de regularidade, continuidade, eficiência, segurança atualidade e aperfeiçoamento do empreendimento empresarial que pretende instalar no município, nas condições estabelecidas neste edital e na Lei municipal já citada além de modificações quantitativas e qualificativas no objeto contratual que tenham como objetivo ampliar ou reduzir a capacidade e especificações do que lhe for adjudicado.

2.2. Após o término do Contrato com a Concessionária todas as benfeitorias que a empresa realizar sob o imóvel, quais sejam, reformas e ou ampliações no barracão, outras construções sob o terreno, terraplanagens, pavimentações, tanques e/ou poços, entre outros, ficarão incorporados ao imóvel sob a propriedade da Prefeitura Municipal.

**3. PRAZO**

3.1 A concessão de direito real de uso não remunerada dos bens públicos identificados no item 1, processar-se-á pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na medida do interesse público e de comum acordo, por igual prazo e desde que mantidas as condições de acesso aos benefícios.

**4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

a) O interessado deverá ser pessoa jurídica de direito privado;

b) Não poderá participar a empresa que tiver falência ou concordata decretada ou em consórcio;

c) Não poderá participar a empresa que estiver sendo penalizada com as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8.666/93;

d) Não poderá participar a empresa que estiver descumprindo o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

4.1 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

4.1.1 As condições mínimas para fazer jus à concessão de direito real de uso do bem imóvel de que trata este edital são:

a) início das atividades da empresa em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura do contrato.

b) apresentar as licenças ambientais necessárias para as atividades desenvolvidas, bem como contrato de prestação de serviços de coleta, transportes, tratamento e destinação final dos resíduos industriais resultantes das suas atividades antes de iniciar as atividades no imóvel concedido.

c) comprovar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato, que contratou seguro total das edificações concedidas tendo o **Município de Marquinho** como favorecido, devendo, anualmente, demonstrar que o seguro foi renovado;

d) Ser empresa do ramo de atividade industrial;

e) Comprovar após o inicio das atividades da empresa geração e manutenção imediata de empregos conforme quantidade de empregos proposto na **Proposta Comercial**, apresentada pela empresa contratada e firmado em Contrato Administrativo;

f) Comprovar, após o inicio das atividades da empresa, ao final de cada ano, através da GFIP e cópia das carteiras de trabalho que gerou e/ou mantém o número de empregos proposto na **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo, sob pena de aplicação das sanções previstas.

g) A empresa contratada deverá apresentar ao final do 3° (terceiro) ano de atividades no imóvel, a comprovação do investimento proposto, conforme **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo, sujeito a averiguação e avaliação por Comissão previamente designada.

h) Faturamento global médio mensal da empresa proponente, conforme **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo, a contar do início das atividades no imóvel concedido. Devendo comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao final de cada ano, através da apresentação dos balancetes emitidos pelo contador responsável que está atingindo o faturamento **proposto**, sob pena de aplicação das sanções previstas.

i) Comprovar a origem da matéria-prima utilizada conforme o **proposto** na **Proposta Comercial** apresentado pela contratada e firmado em Contrato Administrativo.

J) Comprovar a origem da mão de obra utilizada e empregada pela empresa contratada, em no máximo 30 (trinta) dias após o inicio das atividades da empresa. A comprovação deverá ser realizada por meio de comprovante de residência, conforme o proposto pela contratada na **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo.

**5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1 As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em uma via datilografada ou digitada, assinada em sua última folha e rubricada nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, contendo na sua parte externa e frontal a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE MARQUINHO – PR**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**CONCORRÊNCIA – Nº 003/2023**

**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO COMPLETO:**

**CEP:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**MUNICÍPIO DE MARQUINHO – PR**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**CONCORRÊNCIA – Nº 003/2023**

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO COMPLETO:**

**CEP:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**6. DA HABILITAÇÃO**

6.1. No envelope n.º 01 deverão constar os seguintes documentos:

6.1.1. As pessoas jurídicas deverão apresentar no Envelope n.º 1, os seguintes documentos:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

d) Certidão unificada de regularidade de débito previdenciário, com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional;

e) Certidões de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

f) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal;

g) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

i) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a (30) trinta dias da realização do certame;

j) Declaração de pleno conhecimento do local onde deverá ser instalado o empreendimento, de suas condições, relevo, topografia, composição do solo, infraestrutura e acessos viários, assinada pelo representante da empresa licitante, constante do Anexo VI;

k) Declaração firmada pela licitante acerca da estrita observância do art. 7.º inciso XXXIII da Constituição Federal, sendo que a eventual revelação do descumprimento da regra acarretará imediata inabilitação ou desclassificação do certame, conforme a fase em que se encontre (Modelo Anexo VII);

l) Declaração expressa do responsável pela empresa licitante, de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações e que não existem superveniências de fatos impeditivos para sua habilitação, conforme anexo VIII;

m) Declaração de responsabilidade ambiental nos termos contidos no Anexo IX deste edital.

n) Atestado de visita ao terreno fornecido pela área técnica do Município de Marquinho (Engenheiro Civil);

o) Declaração de que aceita as condições do Edital e a concessão pelo prazo de trinta (30) anos, com possibilidade de prorrogação por igual prazo (Modelo Anexo X);

p) Declaração de que na hipótese de alteração da razão social ou constituição de nova empresa, no mínimo um terço (1/3) dos sócios proprietários permanecerão os mesmos (Modelo Anexo XI);

q) Declaração de que não integra seu corpo social, nem em seu quadro funcional, empregado público, membro comissionado de órgão direto ou indireto da administração municipal, ou parlamentar de qualquer esfera da administração (Modelo Anexo XII);

r) Declaração de que a empresa apresentará todas as comprovações da realização de todas as condições da proposta comercial (Modelo Anexo XIII).

6.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou funcionário do Município, ou publicação na imprensa oficial.

6.3 As licitantes e respectivos representantes legais que omitirem impedimento à sua participação, na forma aqui estabelecida, poderão responder administrativa, civil e penalmente pelo ato, nos termos da legislação vigente.

6.4 Serão inabilitadas as empresas licitantes que não fornecerem todos os documentos exigidos ou, se estiverem ilegalmente formalizados, com vigência vencida ou em desconformidade com o edital.

6.5 Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de vigência, com exceção as regras contraditórias, definidas na forma da Lei e neste edital. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos desde que a data de emissão não seja superior a 30 (trinta) dias da data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes nº 001 e nº 002), à exceção de disposição em contrário estabelecida neste Edital.

**7. PROPOSTA**

7.1 O envelope n.º 02 deverá conter:

a) Indicação do número total de empregos diretos a serem gerados e mantidos com o empreendimento, sendo, para tanto, considerado o número de empregos formais (com Carteira de Profissional de Trabalho assinada), demonstrando a distribuição destes observando o mínimo estabelecido deste edital, devendo comprovar ao fim de cada ano, através da GFIP e cópia das carteiras de trabalho que manteve o número de empregos proposto;

b) Estimativa dos tributos a serem gerados direta ou indiretamente em favor do Município, indicando a média mínima de faturamento mensal, apresentando ainda a projeção de faturamento mínimo anual previsto a partir do início das atividades no imóvel cedido até o **5º (quinto) ano**, observando o mínimo estabelecido, devendo comprovar ao fim de cada ano através da apresentação do balanço patrimonial e/ou dos balancetes emitidos pelo contador responsável que cumpriu o proposto, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital;

c) **Proposta Comercial**, preenchida com os dados da empresa proponente, dados do Representante Legal da empresa e as condições estabelecidas de acordo com o Anexo I Termo de Referência deste Edital, (Anexo Modelo III).

d) **Projeto de Investimento**, contendo os dados da proponente licitante, os dados do representante legal da proponente, a descrição do investimento detalhada (descrever o investimento da forma mais detalhada possível), com valores unitários e valores totais, valor total global que deverá equivaler-se ao valor total proposto de investimento da Proposta Comercial, (Modelo Anexo IV);

e) **Layout de Implantação de Infraestrutura no Terreno (Planta da Obra/Investimento)**, demonstrando no mapa do terreno todos os investimentos elencados na Planilha de Serviços e na Planilha de Investimentos Físicos (movimentações de terras como: valas, tanques, poços, tubulações; e construções como: garagem, escritório, muros, entre outros), modelo Anexo V;

**e1)** Os investimentos demonstrados no Layout deverão representar os itens elencados no **Projeto de Investimento**;

7.2 A proposta, que terá validade mínima de 360 (trezentos e sessenta) dias da sua apresentação, deverá ser apresentada em impresso próprio, contendo o número do presente processo licitatório, o CNPJ, endereço, nome da empresa, datilografada ou computadorizada, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada por pessoa com poderes para tanto;

7.3 As propostas deverão obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital, não sendo consideradas aquelas que fizerem referência à proposta de outro licitante.

7.4 Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas após abertas as propostas.

**8. JULGAMENTO**

8.1 Serão critérios de julgamento das propostas:

a) o número total de empregos diretos a serem gerados imediatamente e mantidos com o empreendimento, sendo, para tanto, considerado o número de empregos formais (com Carteira de Trabalho assinada), observando o mínimo estabelecido neste edital;

b) o capital que será investido ao longo dos três primeiros anos;

c) maior estimativa dos tributos a serem gerados direta ou indiretamente em favor do Município, através da apresentação de projeção de faturamento anual previsto a partir do início das atividades, observando o mínimo estabelecido no edital;

d) a origem da matéria-prima utilizada pela empresa contratada;

e) a origem da mão de obra utilizada pela empresa contratada;

8.2 Aos critérios serão distribuídos pontuação conforme Anexo I Termo de Referência.

8.3 Será considerada vencedora a proposta que obtiver maior nota no somatório total.

8.4 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio, em ato público, na forma do parágrafo 2.º do art. 45 da Lei n.º 8.666/93.

8.5 Havendo divergência entre os valores e números apresentados na proposta por algarismos ou escritos por extenso, considerar-se-á válido apenas a parte escrita por extenso.

8.6 Havendo a indicação de mais de um número ou valor na proposta para cada alínea acima, considerar-se-á apenas o menor número ou valor proposto para cada alínea.

8.7 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste edital, ou as consideradas inexequíveis, por impossibilidade de serem executadas na forma proposta.

8.8 O Município de Marquinho se reserva no direito de pedir novos detalhes em consequência das propostas apresentadas, assim como revogar ou anular a licitação, no todo ou em parte, ou transferi-la a seu critério, sem que por esse motivo os concorrentes tenham direito a qualquer indenização ou reclamação.

**9. ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

9.1 Caberá à Comissão de Licitação:

9.1.1 Proceder à abertura dos envelopes contendo a Documentação, que será rubricada por todos os presentes, em todas as folhas.

9.1.2 Examinar a documentação, nos termos deste Edital e da Lei n.º 8.666/93, rejeitando a apresentada de maneira deficiente ou incompleta. Neste caso, o envelope n.º 02, fechado e rubricado por todos os presentes, será devolvido ao interessado após a homologação do julgamento final da Concorrência objeto deste Edital.

9.1.3 Uma vez abertos os envelopes da Documentação, após terem sido julgados habilitados ou rejeitados os concorrentes, na mesma sessão pública, ou em sessão subsequente a ser designada, a Comissão Julgadora procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, determinando que sejam lidas e rubricadas pelos presentes. Os envelopes contendo as propostas dos concorrentes inabilitados permanecerão fechados e, após rubricados, serão devolvidos.

9.1.4 Lavrar atas circunstanciadas das sessões da licitação, que serão assinadas pelos membros da Comissão Julgadora e por todos os licitantes presentes, independente, de terem ou não sido julgados habilitados.

9.1.5 No término dos seus trabalhos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Comissão Julgadora elaborará o relatório final, concluindo, formal e explicitamente, com a recomendação da licitante vencedora, assim considerada a empresa que tiver apresentado a maior nota do somatório dos critérios estabelecidos neste Edital, podendo, ainda, quando julgar conveniente, propor a revogação ou anulação da concorrência, dentro do prazo, justificando a proposição.

9.1.6 Se julgar conveniente, a Comissão de Licitações poderá propor a suspensão da licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, internamente, preestabelecendo data e hora para divulgação preliminar do resultado da etapa que estiver em julgamento.

9.1.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, baseada nas ofertas dos demais licitantes.

**10. RECURSOS**

10.1 Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei n. º 8.666/93, cabem neste processo licitatório:

10.1.1 - Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação e inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) nos demais casos previstos na lei 8.666/93.

10.2 - O recurso previsto no item 10.1.1, letras 'a' e 'b' terá efeito suspensivo, e os demais terão efeito apenas devolutivo.

10.3 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.

10.4 - Os recursos previstos neste edital deverão ser datilografados ou digitados, devidamente fundamentados e assinados por representante legal da licitante concorrente ou procurador devidamente habilitado e protocolizado no Setor de Protocolos da Prefeitura De Marquinho/PR, anexo ao Departamento de Tributação, não sendo conhecidos aqueles interpostos intempestivamente ou por meio digital.

**11. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

11.1 O Prefeito Municipal, à vista do resultado do julgamento da licitação, decorridos 5 (dias) dias úteis da data que o mesmo foi proferido, não havendo interposição de recursos, homologará o resultado do presente certame licitatório.

11.2 Será adjudicada à licitante classificada em primeiro lugar.

11.3 Homologado o processo licitatório, o proponente vencedor será convocado dentro do prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias para assinatura do contrato de Concessão de Direito Real de Uso não remunerado de bem público.

11.4 Ocorrendo desatenção à notificação, a que se refere o item anterior, no prazo nela estipulado, o Prefeito Municipal convocará os licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, para que o façam nas mesmas condições e prazo do licitante vencedor, nos termos do artigo 64, § 2º, se não preferir à outra licitação.

11.5 Na hipótese da convocação dos licitantes remanescentes, restando infrutífera a negociação, revogar-se-á a licitação.

**12. DA CONCESSÃO:**

12.1 A assinatura do contrato de Concessão de Direito Real de Uso não remunerado de bem público, ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por no máximo mais 5 (cinco) dias, a contar da data da convocação para assinatura, junto ao setor de compras e licitações, na Prefeitura Municipal de Marquinho Estado do Paraná.

12.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, se no seu transcurso, houver requerimento fundamentado e justificado, do proponente vencedor e ser aceito pela Administração Municipal.

12.3 É parte integrante deste Edital, a minuta do contrato que será firmado com a proponente vencedora, o qual dispõe de outras normas e obrigações inerentes a esta licitação.

**13. OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**

I – Permitir que a CONCESSIONÁRIA faça as adaptações no imóvel necessárias à sua utilização com o fim colimado neste contrato após a assinatura do contrato;

II – Realização da Construção de um Barracão e perfuração de um poço artesiano, com as características do Anexo I, Termo de Referência, parte integrante deste edital, em no máximo 365 dias contados do término do presente processo;

III – Cumprir com o § 2° do art. 2º da Lei Municipal n° 644/2018, o qual outorgará por escritura pública e averbação na matrícula do Imóvel a Concessão de Direito Real de Uso, diante da propriedade do imóvel, caso não seja cumprido em prazo previsto, não haverá penalidades, multas e/ou sanções ao Município de Marquinho/PR.

**14. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

I – Dar início às atividades da empresa em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura do contrato.

II - Manter os imóveis em perfeitas condições de uso e conservação;

III - Apresentar as licenças ambientais necessárias para as atividades desenvolvidas, bem como contrato de prestação de serviços de coleta, transportes, tratamento e destinação final dos resíduos industriais resultantes das suas atividades antes de iniciar as atividades no imóvel concedido;

IV - Respeitar especificamente os ramos de atividades liberados para exploração;

V - Comprovar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após assinatura do contrato, que contratou seguro total das edificações concedidas tendo o Município de Marquinho como favorecido, devendo, anualmente, demonstrar que o seguro foi renovado;

VI – Promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato, a transferência para o nome da concessionária das faturas de energia elétrica, telefone, água, etc;

VII - Pagar mensalmente as faturas de consumo de água, energia elétrica, telefone, expedidas pelas concessionárias;

VIII – Responsabilizar-se por todos os ônus, direitos ou obrigações, vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, fiscais, quer sejam eles municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

IX – Não permitir que outras empresas venham a se instalar no local;

X – Comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao fim de cada ano, através da apresentação do balanço patrimonial e/ou dos balancetes emitidos pelo contador responsável, que cumpriu o faturamento mínimo mensal **de acordo com a proposta apresentada**;

XI – Comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao fim de cada ano, através da GFIP, cópia das carteiras de trabalho e comprovantes de residência, que manteve o número de empregos proposto bem como do aumento projetado, **de acordo com a proposta apresentada**;

XII – Comprovar a origem da matéria-prima utilizada conforme o **proposto** no **Projeto de Investimento** apresentado pela contratada junto à Proposta Comercial.

XIII – Comprovar a origem da mão de obra utilizada e empregada pela empresa contratada, em no máximo 30 (trinta) dias após o inicio das atividades da empresa. A comprovação deverá ser realizada por meio de comprovante de residência, conforme o proposto pela contratada no **Projeto de Investimento** apresentado junto à Proposta Comercial.

XIV - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços de limpeza em geral;

XV - Solicitar autorização prévia da municipalidade para modificação ou ampliação das benfeitorias existentes no imóvel;

XVI - Os equipamentos e materiais necessários para o perfeito funcionamento da empresa **CONCESSIONÁRIA** serão de responsabilidade exclusiva da mesma, devendo os mesmos obedecer às normas da legislação pertinente;

XVII -A **CONCESSIONÁRIA** no desenvolvimento das suas atividades não poderá alterar ou remover qualquer parte que compõe a estrutura do barracão industrial, sem expressa autorização do **CONCEDENTE;**

XVIII –A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela destinação final dos resíduos industriais resultantes de suas atividades.

XIX - Na hipótese de alteração da razão social ou constituição de nova empresa, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a manter no mínimo um terço (1/3) dos mesmos sócios proprietários;

XX - No término da vigência do Contrato, entregar os imóveis em perfeitas condições de uso;

XXI - Fica expressamente vedada à concessionária a cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação total, alienação ou oferta em garantia do objeto da presente concessão;

XXII – Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;

XXIII – Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Administração Municipal de Marquinho, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução de suas atividades, respondendo por si e por seus sucessores;

XXIV – Manter, durante todo o período contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas neste Edital.

XXV - Geração e manutenção imediata de empregos conforme quantidade de empregos proposto no **Projeto de Investimento** apresentado junto à Proposta Comercial apresentada pela empresa contratada.

XXVI – Faturamento global médio mensal da empresa proponente, conforme **Projeto de Investimento** apresentado junto à Proposta Comercial, a contar do início das atividades no imóvel concedido. Devendo comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao final de cada ano, através da apresentação dos balancetes emitidos pelo contador responsável que está atingindo o faturamento **proposto**, sob pena de aplicação das sanções previstas.

Parágrafo único. As comprovações de que trata o inciso X e XI deste item, deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias após o 6º mês de funcionamento e até o mês de fevereiro de cada ano subsequente.

**15. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

15.1 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, conforme o prazo estabelecido na notificação, e/ou o descumprimento das normas contratuais ou do edital, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, das seguintes penalidades:

15.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o **CONCEDENTE** poderá aplicar a **CONCESSIONÁRIA**, as seguintes penalidades:

15.2.1 Advertência.

15.2.2 Suspensão ao direito de licitar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos.

15.2.3 Declaração de idoneidade, com fulcro no Capítulo IV, seção II, da Lei n° 8.666/93 e Lei 10.520/2002. e,

15.2.4 Pagar ao município indenização conforme estabelecido no item 16, deste edital.

15.3 A penalidade de advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que venham a causar dano ao CONCEDENTE ou a terceiros.

15.4 A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas nos seguintes casos:

15.4.1 fizer declaração falsa;

15.4.2 deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

15.4.3 não mantiver as condições propostas;

15.4.4 falhar ou fraudar na execução do contrato, injustificadamente;

15.4.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

15.4.6 descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, será aplicado nos casos em que o CONCEDENTE após análise dos fatos, constatar que a CONCESSIONÁRIA praticou falta grave.

15.6 As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n° 8.666/93.

15.7. Extinguir a concessão, nos casos e nas formas previstos neste edital;

15.8. Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

15.9 Além das penalidades acima citadas a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONCEDENTE.

**16. RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

16.2 A rescisão contratual poderá ser:

16.2.1 Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78.

16.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

16.2.3 Judicial, nos termos da legislação.

16.3 A aplicação das penalidades previstas no Item 15 não eximirão a **CONCESSIONÁRIA** da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face a inexecução total ou parcial do objeto.

16.4 Inexecução da contrapartida municipal, qual seja a construção do edifício (barracão industrial) e perfuração de um poço artesiano destinado ao incentivo industrial.

**17. DIREITO DE RESERVA**

17.1 O Município reserva-se no direito de revogar a licitação no caso de conveniência administrativa ou em nome do interesse público, e no de anular a licitação nos casos previstos em lei, ressalvando-se apenas o direito do contratado ou proponente à indenização nos casos e na forma previstos na Lei n. 8.666/93.

**18. REVERSÃO DE BENS**

18.1.Reverterá ao município o imóvel concedido por meio desta concorrência quando:

18.1.1.Não utilizado em sua finalidade especifica;

18.1.2.Não cumpridos os prazos propostos pela concessionária ou estabelecidos pela administração municipal;

18.1.3.Paralisadas as atividades da concessionária por período superior a 12 (doze) meses, sem motivo justo ou de força maior;

18.1.4.Ocorrer a falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial da empresa concessionária;

18.1.5.Ocorrer a transferência do estabelecimento para outro município;

18.1.6. Ao final do prazo da concessão previsto em Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

**19. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

19.1Após esgotados todos os prazos para recursos, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, a Administração, no prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, convocará o vencedor para assinar Contrato de Concessão de direito Real de Uso sobre bem imóvel.

19.2O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

19.3Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Contrato de Concessão de direito Real de Uso, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do instrumento, em iguais condições propostas pelo 1.º classificado, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas pelos arts. 81 e 87 de Lei n. º 8.666/93.

**20. IMPUGNAÇÃO DO PRESENTE EDITAL**

20.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade ou nulidade relativas à aplicação da Lei n. º 8.666/93, devendo protocolar a impugnação junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura De Marquinho/PR, anexo ao Departamento de Tributação, não sendo conhecidos aqueles interpostos intempestivamente ou por meio digital, endereçado para o Setor de Licitações, até 02 (dois) dias úteis antes da data estabelecida para a entrega dos documentos, devendo a Comissão de Licitações julgar e responder a impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas;

**21. DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 A empresa licitante deverá manter as atividades pelo prazo mínimo de 30 (trinta) anos ininterruptos contados a partir do efetivo início de suas atividades.

21.2 A concessão do direito real de uso será pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do efetivo início das atividades no local pela empresa beneficiada, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja interesse público e de comum acordo entre as partes.

21.3 A fiscalização das atividades desenvolvidas pela licitante vencedora será exercida pelo Município de Marquinho, através do órgão competente.

21.4 A inabilitação da licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

21.5 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.

21.6 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

21.7 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

21.8 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

21.9 Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos concorrentes retardatários.

21.10 Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá aplicar qualquer das sanções previstas pelo art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das previstas neste edital, naquilo em que for aplicado.

21.11 Do Contrato de Concessão de direito Real de Uso, na forma de concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, a ser assinado com a licitante vencedora deverão constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas no art. 78 da Lei n. º 8.666/93, além da previsão de que, será considerado rescindido caso a empresa cesse suas atividades/funcionamento ou não cumpridas as disposições de que trata este edital.

21.12 A participação no presente certame importará na aquiescência formal, tácita e incondicional da empresa a todos os termos contidos no presente edital, seus respectivos anexos, bem como às normas legais vigentes.

21.13 As despesas com consumo de energia elétrica, água potável e demais custos de manutenção do imóvel objeto do presente incentivo industrial/comercial, serão suportadas exclusivamente pela licitante vencedora, sem direito, em hipótese alguma a ressarcimento posterior.

21.14 Em qualquer ocasião, antecedendo a data fixada para apresentação dos documentos, a Comissão de Licitações ou o Município de Marquinho, poderá, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificar o edital, observando o disposto no § 4.°, do art. 21, da Lei n.º 8.666/93, quando for o caso.

21.16 Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul do Estado do Paraná para dirimir eventuais litígios decorrentes da aplicação deste Edital e dos atos supervenientes, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.17 Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marquinho de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, junto ao Departamento de Licitações, pelo telefone (42) 3648-1102 ou pelo e-mail [marquinho.licitacao@gmail.com](mailto:marquinho.licitacao@gmail.com).

Marquinho/PR, em 18 de Maio de 2023.

Elio Bolzon Junior

Prefeito Municipal

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA N° 003/2023**

**1. OBJETO**

**CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL COM BENFEITORIAS PARA A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA, LOCALIZADO NO LIMITE DA FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364**, conforme previsão expressa na Lei Municipal n. 644/2018, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento empresarial, com as seguintes especificações:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTD** | **VALOR TERRENO**  **(Aproximado)** | **VALOR BARRACÃO**  **(Aproximado)** | **VALOR TOTAL**  **(Aproximado)** |
| 001 | CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL COM EDIFICAÇÃO, SENDO À ÁREA DO TERRENO DE 24.220,77 M2 E UM BARRACÃO INDUSTRIAL COM 550,00 M², E PERFURAÇÃO DE UM POÇO ARTESIANO E DEMAIS MEDIDAS CONFORME PLANTA BAIXA EM ANEXO, COM DIVISÓRIAS EM ISOPAINÉIS, COBERTURA COM TELHAS DE AÇO ZINCADO COM ESTRUTURA METÁLICA, PISO DE CONCRETO, INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO, INSTALAÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS.  O BARRACÃO SERÁ CONSTRUÍDO NO SEGUINTE IMÓVEL: DEFINIDO PELO SEGUINTE PERÍMETRO: INICIA-SE NO PONTO PP=0; LOCALIZADO NO LIMITE DA FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364, KM 3,4, (RODOVIA BR 364, GLEBA 8, LOTE 18, COLÔNIA PIQUIRI) QUE SERVE DE ACESSO GOIOXIM A MARQUINHO (12,50M DO EIXO) NA DIVISA DA PROPRIEDADE DO JOÃO ERN (REMANESCENTE), DESTE PONTO SEGUE POR LINHA SECA PELO LIMITE DA REFERIDA FAIXA COM OS SEGUINTES AZIMUTES E DISTÂNCIAS AZ. 212º24’52” E DISTÂNCIA 45,61M, ATÉ O PONTO 01; AZ. 206º49’10” E DISTÂNCIA 29,32M ATÉ O PONTO 02; AZ. 209º20’07” E DISTÂNCIA 20,50M, ATÉ O PONTO 03; AZ. 215º37’15” E DISTÂNCIA 17,73M, ATÉ O PONTO 04; AZ. 223º31’28” E ISTÂNCIA 13,10M, ATÉ O PONTO 05; AZ. 240º35’30” E DISTÂNCIA 13,94M, ATÉ O PONTO 06; AZ. 264º20’53” E DISTÂNCIA 10,65M, ATÉ O PONTO 07; AZ. 287º45’29” E DISTÂNCIA 10,56M, ATÉ O PONTO 08; AZ. 303º59’56” E DISTÂNCIA 08,69M, ATÉ O PONTO 09; AZ. 311º10’30” E DISTÂNCIA 07,03M, ATÉ O PONTO 10; AZ. 319º35’50” E DISTÂNCIA 40,26M, ATÉ O PONTO 11; AZ. 311º38’34” E DISTÂNCIA 15,89M, ATÉ O PONTO 12; AZ. 296º39’48” E DISTÂNCIA 15,59M, ATÉ O PONTO 13; AZ. 289º22’20” E DISTÂNCIA 15,15 M, ATÉ O PONTO 14; AZ. 285º31’06” E DISTÂNCIA 56,07M, CONFRONTANDO COM A FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364, ATÉ O PONTO 15; DESTE PONTO SEGUE POR CERCA DE ARAME COM AZ. 23º07’23” E DISTÂNCIA 125,49M, CONFRONTANDO COM JOÃO ERN (REMANESCENTE), ATÉ O PONTO 16; DESTE PONTO SEGUE POR LINHA SECA COM AZ. 114º06’15” E DISTÂNCIA 200,81M ATÉ O ATÉ O PONTO PP=0 ONDE INICIOU-SE A REFERIDA DESCRIÇÃO COM PERÍMETRO DE 646,39M (REFERIDA ÁREA É PARTE DO IMÓVEL DA MATRÍCULA N° 25.668, OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO DA AÇÃO N° 78-25.2018.8.16.0104, EM TRÂMITE PERANTE A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL/PR). VALORES DEFINIDOS CONFORME DECRETO N° 103/2017, LEI MUNICIPAL N° 612/2018, TERMO DE CONVÊNIO N° 889/2017-SEDU, LAUDO DE AVALIAÇÃO DATADO DE 28 DE JUNHO DE 2018 E PROJETOS DO BARRACÃO. | 01 | 90.000,00 | 600.000,00 | 690.000,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **690.000,00** |

**2. CRITÉRIOS E DEFINIÇÕES PARA PONTUAÇÃO DA CONCORRÊNCIA**

1. GERAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS DIRETOS IMEDIATOS

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **QUANTIDADE DE EMPREGOS** | **PONTUAÇÃO** |
| 01 | 20 a 31 | 10 pontos |
| 02 | 31 a 40 | 30 pontos |
| 03 | Acima de 40 | 50 pontos |

1. CAPITAL INVESTIDO NOS 03 (TRÊS) PRIMEIROS ANOS

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **CAPITAL INVESTIDO** | **PONTUAÇÃO** |
| 01 | R$ 1.000.000,00 a R$ 2.000.000,00 | 10 pontos |
| 02 | R$ 2.000.000,01 a R$ 3.000.000,00 | 30 pontos |
| 03 | Acima de R$ 3.000.000,01 | 50 pontos |

1. PREVISÃO DE FATURAMENTO MENSAL IMEDIATO DO EMPREENDIMENTO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **FATURAMENTO MENSAL** | **PONTUAÇÃO** |
| 01 | R$ 100.000,00 a R$ 300.000,00 | 10 pontos |
| 02 | R$ 300.000,01 a R$ 500.000,00 | 30 pontos |
| 03 | Acima de R$ 500.000,01 | 50 pontos |

1. UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA** | **PONTUAÇÃO** |
| 01 | EXCLUSIVAMENTE DE OUTROS MUNICÍPIOS | 01 pontos |
| 02 | LOCAL E DE OUTROS MUNICÍPIOS | 30 pontos |
| 03 | EXCLUSIVAMENTE LOCAL | 50 pontos |

1. UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA** | **PONTUAÇÃO** |
| 01 | EXCLUSIVAMENTE DE OUTROS MUNICÍPIOS | 01 pontos |
| 02 | LOCAL E DE OUTROS MUNICÍPIOS | 30 pontos |
| 03 | EXCLUSIVAMENTE LOCAL | 50 pontos |

**3. JUSTIFICATIVA**

3.1 Esta contratação visa à concorrência, cujo objeto é a Concessão de Incentivo Industrial, na forma de Concessão de Direito Real de Uso sobre imóvel com benfeitorias de forma gratuita, para a instalação de indústria, localizado no limite da faixa de domínio da PR-364. KM 3,4, com o principal objetivo de fomentar a geração de empregos para os munícipes.

3.2 A empresa selecionada/vencedora fica desde já ciente que a concessão de direito real de uso será feita pelo período de 30 (trinta) anos com possibilidade da renovação por igual período, desde que haja manifestação expressa das partes e sejam cumpridos todos os compromissos assumidos na concessão de direito real de uso, ressaltando que em momento algum haverá transferência/alienação definitiva do bem público. O imóvel também não poderá ser ofertado em garantia, assim as benfeitorias que a empresa realizar sob o imóvel, quais sejam, reformas e ou ampliações no barracão, outras construções sob o terreno, terraplanagens, pavimentações, tanques e/ou poços, entre outros, ficarão incorporados ao imóvel sob a propriedade da Prefeitura Municipal após o término do contrato e/ou do aditivo.

3.3 A construção do Barracão acima referido somente será executado após a existência de vencedores do presente certame, pois caso não haja investidores interessados não há interesse público na referida edificação.

3.4 Somente após a transferência da propriedade do imóvel ao Município de Marquinho haverá outorga por escritura pública e averbação na Matrícula, sendo que ainda tramita a ação de desapropriação n° 78-25.2018.8.16.0104, perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Laranjeiras do Sul/PR e tem como objeto o imóvel (ficou reconhecida a utilidade pública para a desapropriação do imóvel matrícula 25.668 por meio do Decreto Municipal n° 103/2017, a Lei Municipal n° 612/2017 autoriza o Executivo Municipal a adquirir o terreno e a Lei Municipal n° 644/2018 autoriza a Concessão de Direito Real de Uso. Já houve a Imissão na Posse do referido imóvel e aguarda-se término do processo para a avaliação).

3.5 A viabilização dos recursos para a construção do barracão destinado ao incentivo industrial, fica a cargo do Município de Marquinho, sendo um investimento total no valor aproximado de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

3.6 Na edificação (barracão industrial), ofertado pela Prefeitura Municipal, a energia elétrica será ofertada pela Copel e terá instalação de energia Trifásica com 150 AH.

3.7 A contratação terá suma importância para o desenvolvimento econômico e social do Município de Marquinho, uma vez que nos dias atuais podemos observar uma grande evasão dos munícipes para outras cidades a procura de empregos e/ou oportunidades melhores para si e para sua família, assim essa contratação vem ao encontro de um politica pública voltada ao desenvolvimento econômico e social com o foco na valorização do desenvolvimento do Município de Marquinho.

**4. QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

4.1 O objeto desta Concorrência é composto por um terreno situado na Gleba 08, lote 18, Colônia Piquiri, com área total de 24.220,77 m² e um edifício com 550,00 m² (barracão industrial) e perfuração de um poço artesiano que será realizado pela Prefeitura Municipal de Marquinho/PR.

4.1.1 O imóvel (terreno) está definido pelo seguinte perímetro: Inicia-se no PONTO PP=0; localizado no limite da Faixa de Domínio da PR-364, KM 3,4, (Rodovia BR 364, Gleba 8, Lote 18, Colônia Piquiri) que serve de acesso Goioxim a Marquinho (12,50m do Eixo) na divisa da propriedade do João Ern (remanescente), deste ponto segue por linha seca pelo limite da referida faixa com os seguintes azimutes e distâncias Az. 212º24’52” e Distância 45,61m, até o PONTO 01; Az. 206º49’10” e Distância 29,32m até o PONTO 02; Az. 209º20’07” e Distância 20,50m, até o PONTO 03; Az. 215º37’15” e Distância 17,73m, até o PONTO 04; Az. 223º31’28” e Distância 13,10m, até o PONTO 05; Az. 240º35’30” e Distância 13,94m, até o PONTO 06; Az. 264º20’53” e Distância 10,65m, até o PONTO 07; Az. 287º45’29” e Distância 10,56m, até o PONTO 08; Az. 303º59’56” e Distância 08,69m, até o PONTO 09; Az. 311º10’30” e Distância 07,03m, até o PONTO 10; Az. 319º35’50” e Distância 40,26m, até o PONTO 11; Az. 311º38’34” e Distância 15,89m, até o PONTO 12; Az. 296º39’48” e Distância 15,59m, até o PONTO 13; Az. 289º22’20” e Distância 15,15 m, até o PONTO 14; Az. 285º31’06” e Distância 56,07m, confrontando com a Faixa de Domínio da PR-364, até o PONTO 15; deste ponto segue por cerca de arame com Az. 23º07’23” e Distância 125,49m, confrontando com João Ern (remanescente), até o PONTO 16; deste ponto segue por linha seca com Az. 114º06’15” e Distância 200,81m até o até o PONTO PP=0 onde iniciou-se a referida Descrição com Perímetro de 646,39m.

4.1.2 O edifício que será construído sob o terreno acima descrito terá como principais características: 550,00 m² de área total, com divisórias em isopainéis, cobertura com telhas de aço zincado com estrutura metálica, piso de concreto, instalação elétrica e iluminação, instalação de combate a incêndio e pânico e sistema de proteção contra descargas atmosféricas e perfuração de um poço artesiano.

4.2 A concessão do direito real de uso é objeto deste certame serão destinados ao uso exclusivamente para indústria.

**5. PRAZO DE VIGÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO**

5.1 A CONCESSIONÁRIA deverá assinar termo de compromisso de manutenção da atividade pelo prazo de 30 (trinta) anos nas mesmas condições estabelecidas no termo de incentivo, não podendo paralisar as atividades, transferir, alugar ou vender, alienar ou ofertar em garantia o imóvel.

5.2 Início das atividades da empresa em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato.

5.3 A previsão de realização do Processo Licitatório para a contratação da empresa que realizará a construção do edifício e previsão de construção do edifício (Barracão Industrial) e perfuração de um poço artesiano, se dará possivelmente para os meses de junho de 2023 a fevereiro de 2024, ou seja, possivelmente 180 (cento e oitenta) dias para a execução da construção. Assim concluímos pela previsão de que o edifício esteja apto ao uso a partir do mês de junho de 2024.

Marquinho/PR, em 18 de Maio de 2023

Elio Bolzon Junior

Prefeito Municipal

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS NÃO REMUNERADO**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA N° 003/2023**

Pelo presente contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARQUINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.552/0001-13, com sede administrativa à rua Sete de Setembro, s/nº, centro, CEP 85.168-000, na cidade de Marquinho, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Marquinho/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. Elio Bolzon Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxx - SSP/PR e inscrito no CPF sob nº xxxxxxxxxxx, de ora em diante identificado tão somente por **CONCEDENTE,** e a empresa      , pessoa jurídica de direito privado, Inscrita no CNPJ sob n°      , com sede à Rua      ,      ,       cidade e Município de      , doravante denominada simplesmente de **CONCESSIONÁRIA,** representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor      ,portador da carteira de identidade n°      , CPF sob o n°      , pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pela Lei Municipal nº      , Lei 8.666/93 e suas alterações, e nas condições do Processo Licitatório nº 038/2023, modalidade Concorrência nº 003/2023, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL COM BENFEITORIAS PARA A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA, LOCALIZADO NO LIMITE DA FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364, conforme previsão expressa na Lei Municipal n. 644/2018, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento empresarial, com as seguintes especificações:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTD** | **VALOR TERRENO**  **(Aproximado)** | **VALOR BARRACÃO**  **(Aproximado)** | **VALOR TOTAL**  **(Aproximado)** |
| 001 | CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL COM EDIFICAÇÃO, SENDO UM BARRACÃO INDUSTRIAL COM 550,00 M² E PERFURAÇÃO DE UM POÇO ARTESIANO E DEMAIS MEDIDAS CONFORME PLANTA BAIXA EM ANEXO, COM DIVISÓRIAS EM ISOPAINÉIS, COBERTURA COM TELHAS DE AÇO ZINCADO COM ESTRUTURA METÁLICA, PISO DE CONCRETO, INSTALAÇÃO ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO, INSTALAÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO E SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS.  O BARRACÃO SERÁ CONSTRUÍDO NO SEGUINTE IMÓVEL: DEFINIDO PELO SEGUINTE PERÍMETRO: INICIA-SE NO PONTO PP=0; LOCALIZADO NO LIMITE DA FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364, KM 3,4, (RODOVIA BR 364, GLEBA 8, LOTE 18, COLÔNIA PIQUIRI) QUE SERVE DE ACESSO GOIOXIM A MARQUINHO (12,50M DO EIXO) NA DIVISA DA PROPRIEDADE DO JOÃO ERN (REMANESCENTE), DESTE PONTO SEGUE POR LINHA SECA PELO LIMITE DA REFERIDA FAIXA COM OS SEGUINTES AZIMUTES E DISTÂNCIAS AZ. 212º24’52” E DISTÂNCIA 45,61M, ATÉ O PONTO 01; AZ. 206º49’10” E DISTÂNCIA 29,32M ATÉ O PONTO 02; AZ. 209º20’07” E DISTÂNCIA 20,50M, ATÉ O PONTO 03; AZ. 215º37’15” E DISTÂNCIA 17,73M, ATÉ O PONTO 04; AZ. 223º31’28” E ISTÂNCIA 13,10M, ATÉ O PONTO 05; AZ. 240º35’30” E DISTÂNCIA 13,94M, ATÉ O PONTO 06; AZ. 264º20’53” E DISTÂNCIA 10,65M, ATÉ O PONTO 07; AZ. 287º45’29” E DISTÂNCIA 10,56M, ATÉ O PONTO 08; AZ. 303º59’56” E DISTÂNCIA 08,69M, ATÉ O PONTO 09; AZ. 311º10’30” E DISTÂNCIA 07,03M, ATÉ O PONTO 10; AZ. 319º35’50” E DISTÂNCIA 40,26M, ATÉ O PONTO 11; AZ. 311º38’34” E DISTÂNCIA 15,89M, ATÉ O PONTO 12; AZ. 296º39’48” E DISTÂNCIA 15,59M, ATÉ O PONTO 13; AZ. 289º22’20” E DISTÂNCIA 15,15 M, ATÉ O PONTO 14; AZ. 285º31’06” E DISTÂNCIA 56,07M, CONFRONTANDO COM A FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364, ATÉ O PONTO 15; DESTE PONTO SEGUE POR CERCA DE ARAME COM AZ. 23º07’23” E DISTÂNCIA 125,49M, CONFRONTANDO COM JOÃO ERN (REMANESCENTE), ATÉ O PONTO 16; DESTE PONTO SEGUE POR LINHA SECA COM AZ. 114º06’15” E DISTÂNCIA 200,81M ATÉ O ATÉ O PONTO PP=0 ONDE INICIOU-SE A REFERIDA DESCRIÇÃO COM PERÍMETRO DE 646,39M (REFERIDA ÁREA É PARTE DO IMÓVEL DA MATRÍCULA N° 25.668, OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO DA AÇÃO N° 78-25.2018.8.16.0104, EM TRÂMITE PERANTE A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL/PR). VALORES DEFINIDOS CONFORME DECRETO N° 103/2017, LEI MUNICIPAL N° 612/2018, LAUDO DE AVALIAÇÃO DATADO DE 30 DE MARÇO DE 2023 E PROJETOS DO BARRACÃO. | 01 | 90.000,00 | 600.000,00 | 690.000,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **690.000,00** |

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo da presente concessão será de 30 (trinta) anos contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na medida do interesse público e de acordo, por igual prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

I – Permitir que a CONCESSIONÁRIA faça as adaptações no imóvel necessárias à sua utilização com o fim colimado neste contrato;

II - Realização da Construção de um Barracão e perfuração de um poço artesiano, com as características do Anexo I, Termo de Referência, parte integrante deste edital, em no máximo 365 dias contados do término do presente processo.

III – Cumprir com o § 2° da Lei Municipal n°644/2018, o qual outorgará por escritura pública e averbação na matrícula do Imóvel a Concessão de Direito Real de Uso, diante da propriedade do imóvel, caso não seja cumprido em prazo previsto, não haverá penalidades, multas e/ou sanções ao Município de Marquinho/PR.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

I – Dar início às atividades da empresa em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura do contrato.

II - Manter os imóveis em perfeitas condições de uso e conservação;

III - Apresentar as licenças ambientais necessárias para as atividades desenvolvidas, bem como contrato de prestação de serviços de coleta, transportes, tratamento e destinação final dos resíduos industriais resultantes das suas atividades antes de iniciar as atividades no imóvel concedido;

IV - Respeitar especificamente os ramos de atividades liberados para exploração;

V - Comprovar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após assinatura do contrato, que contratou seguro total das edificações concedidas tendo o Município de Marquinho como favorecido, devendo, anualmente, demonstrar que o seguro foi renovado;

VI – Promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato, a transferência para o nome da concessionária das faturas de energia elétrica, telefone, água, etc;

VII - Pagar mensalmente as faturas de consumo de água, energia elétrica, telefone, expedidas pelas concessionárias;

VIII – Responsabilizar-se por todos os ônus, direitos ou obrigações, vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, fiscais, quer sejam eles municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

IX – Não permitir que outras empresas venham a se instalar no local;

X – Comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao fim de cada ano, através da apresentação do balanço patrimonial e/ou dos balancetes emitidos pelo contador responsável, que cumpriu o faturamento mínimo mensal **de acordo com a proposta apresentada**;

XI – Comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao fim de cada ano, através da GFIP, cópia das carteiras de trabalho e comprovantes de residência, que manteve o número de empregos proposto bem como do aumento projetado, **de acordo com a proposta apresentada**;

XII – Comprovar a origem da matéria-prima utilizada conforme o **proposto** no **Projeto de Investimento** apresentado pela contratada junto à Proposta Comercial.

XIII – Comprovar a origem da mão de obra utilizada e empregada pela empresa contratada, em no máximo 30 (trinta) dias após o inicio das atividades da empresa. A comprovação deverá ser realizada por meio de comprovante de residência, conforme o proposto pela contratada no **Projeto de Investimento** apresentado junto à Proposta Comercial.

XIV - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços de limpeza em geral;

XV - Solicitar autorização prévia da municipalidade para modificação ou ampliação das benfeitorias existentes no imóvel;

XVI - Os equipamentos e materiais necessários para o perfeito funcionamento da empresa **CONCESSIONÁRIA** serão de responsabilidade exclusiva da mesma, devendo os mesmos obedecer às normas da legislação pertinente;

XVII -A **CONCESSIONÁRIA** no desenvolvimento das suas atividades não poderá alterar ou remover qualquer parte que compõe a estrutura do barracão industrial, sem expressa autorização do **CONCEDENTE;**

XVIII –A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela destinação final dos resíduos industriais resultantes de suas atividades.

XIX - Na hipótese de alteração da razão social ou constituição de nova empresa, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a manter no mínimo um terço (1/3) dos mesmos sócios proprietários;

XX - No término da vigência do Contrato, entregar os imóveis em perfeitas condições de uso;

XXI - Fica expressamente vedada à concessionária a cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação total, alienação ou oferta em garantia do objeto da presente concessão;

XXII – Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;

XXIII – Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Administração Municipal de Marquinho, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução de suas atividades, respondendo por si e por seus sucessores;

XXIV – Manter, durante todo o período contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas neste Edital.

XXV - Geração e manutenção imediata de empregos conforme quantidade de empregos proposto no **Projeto de Investimento** apresentado junto à Proposta Comercial apresentada pela empresa contratada.

XXVI – Faturamento global médio mensal da empresa proponente, conforme **Projeto de Investimento** apresentado junto à Proposta Comercial, a contar do início das atividades no imóvel concedido. Devendo comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao final de cada ano, através da apresentação dos balancetes emitidos pelo contador responsável que está atingindo o faturamento **proposto**, sob pena de aplicação das sanções previstas.

XXVII – Manter durante todo o período contratual:

**a) GERAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE NOVOS EMPREGOS DIRETOS IMEDIATOS**

|  |  |
| --- | --- |
| QUANTIDADE DE EMPREGOS: |  |

**b) CAPITAL INVESTIDO NOS 03 (TRÊS) PRIMEIROS ANOS**

|  |  |
| --- | --- |
| CAPITAL INVESTIDO: |  |

**c) PREVISÃO DE FATURAMENTO MENSAL IMEDIATO DO EMPREENDIMENTO**

|  |  |
| --- | --- |
| FATURAMENTO MENSAL: |  |

**d) UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA**

|  |  |
| --- | --- |
| UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA: |  |

**e) UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

|  |  |
| --- | --- |
| UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: |  |

Parágrafo único. As comprovações de que trata o inciso X e XI deste item, deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias após o 6º mês de funcionamento e até o mês de fevereiro de cada ano subsequente.

**CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES**

A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter as atividades no município de Marquinho pelo prazo mínimo de 30 (trinta) anos ininterruptos contados a partir do efetivo início de suas atividades com todas as condições exigidas no edital.

**CLAUSULA SEXTA – COMPROMISSOS ESPECÍFICOS DA EMPRESA**

As condições mínimas para fazer jus à concessão de direito real de uso do bem imóvel de que trata este edital são:

a) início das atividades da empresa em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura do contrato.

b) apresentar as licenças ambientais necessárias para as atividades desenvolvidas, bem como contrato de prestação de serviços de coleta, transportes, tratamento e destinação final dos resíduos industriais resultantes das suas atividades antes de iniciar as atividades no imóvel concedido.

c) comprovar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato, que contratou seguro total das edificações concedidas tendo o **Município de Marquinho** como favorecido, devendo, anualmente, demonstrar que o seguro foi renovado;

d) Ser empresa do ramo de atividade industrial;

e) Comprovar após o inicio das atividades da empresa geração e manutenção imediata de empregos conforme quantidade de empregos proposto na **Proposta Comercial**, apresentada pela empresa contratada e firmado em Contrato Administrativo;

f) Comprovar, após o inicio das atividades da empresa, ao final de cada ano, através da GFIP e cópia das carteiras de trabalho que gerou e/ou mantém o número de empregos proposto na **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo, sob pena de aplicação das sanções previstas.

g) A empresa contratada deverá apresentar ao final do 3° (terceiro) ano de atividades no imóvel, a comprovação do investimento proposto, conforme **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo, sujeito a averiguação e avaliação por Comissão previamente designada.

h) Faturamento global médio mensal da empresa proponente, conforme **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo, a contar do início das atividades no imóvel concedido. Devendo comprovar ao final do 6º (Sexto) mês de funcionamento no imóvel concedido e ao final de cada ano, através da apresentação dos balancetes emitidos pelo contador responsável que está atingindo o faturamento **proposto**, sob pena de aplicação das sanções previstas.

i) Comprovar a origem da matéria-prima utilizada conforme o **proposto** na **Proposta Comercial** apresentado pela contratada e firmado em Contrato Administrativo.

J) Comprovar a origem da mão de obra utilizada e empregada pela empresa contratada, em no máximo 30 (trinta) dias após o inicio das atividades da empresa. A comprovação deverá ser realizada por meio de comprovante de residência, conforme o proposto pela contratada na **Proposta Comercial** e firmado em Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização das atividades desenvolvidas pela **CONCESSIONÁRIA** será exercida pelo **CONCEDENTE**, por meio de Comissão previamente designada.

**CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a **CONCEDENTE** poderá aplicar a **CONCESSIONÁRIA,** as seguintes penalidades:

a) Advertência

b) Suspensão ao direito de licitar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos.

c) Declaração de idoneidade, com fulcro no Capítulo IV, seção II, da Lei n° 8666/93 e Lei 10.520/2002.

I - A penalidade de advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que venham a causar dano ao **CONCEDENTE** ou a terceiros.

II -A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas nos seguintes casos:

a) Fizer declaração falsa;

b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

c) Não mantiver as condições propostas;

d) Falhar ou fraudar na execução do contrato, injustificadamente;

e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

f) Descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

III - A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, será aplicado nos casos em que a **CONCESSIONÁRIA**, após análise dos fatos, constatarem que a contratada praticou falta grave.

IV - Extinção da concessão, nos casos e nas formas previstos neste edital.

**§ 3º** As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

**4º** Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**§ 5°** Além das penalidades acima citadas a **CONCESSIONÁRIA** ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do **CONCEDENTE**.

**CLÁUSULA NONA - RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 77 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

**Parágrafo Primeiro –** A **CONCESSIONÁRIA** reconhece os direitos do **CONCEDENTE,** em caso de rescisão Administrativa prevista no Artigo 77 da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

**Parágrafo Segundo –** Inexecução da contrapartida municipal, qual seja a construção do edifício (barracão industrial) e perfuração de um poço artesiano destinado ao incentivo industrial.

**CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO**

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONCESSÃO**

Não será admitida a subconcessão, tanto de forma global como em partes, dos bens objeto da concessão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n° 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, pelas Leis municipais, Lei Orgânica do Município e as demais disposições de direito aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – REVERSÃO DE BENS**

Reverterá ao município o imóvel concedido por meio desta concorrência quando:

a) Não utilizado em sua finalidade especifica;

b) Não cumpridos os prazos propostos pela concessionária ou estabelecidos pela administração municipal;

c) Paralisadas as atividades da concessionária por período superior a 12 (doze) meses, sem motivo justo ou de força maior;

d) Ocorrer a falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial da empresa concessionária;

e) Ocorrer a transferência do estabelecimento para outro município.

f) Ao final do Contrato da Concessão de Direito Real de Uso.

§ 1º Uma vez enquadrada nesta cláusula, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, a CONCESSIONÁRIA deverá desocupar o imóvel num prazo de 6 (seis) meses do recebimento da respectiva notificação, sem direito à indenização, resguardando-se ainda o direito de perdas e danos por parte do CONCEDENTE, na forma da lei.

§ 2º A reversão do imóvel ao patrimônio do Município dar-se-á por meio de decreto do Poder Executivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes e as demais disposições de direito aplicáveis.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, PR, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 02 (dois) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Marquinho/PR, em       de       de 2023.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ÉLIO BOLZON JUNIOR  Prefeito Municipal |  | CPF:  Representante da Concessionária |

Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
| SERGIO LUIZ DAL PAI  Sec. Municipal de Administração | EMERSON BAPTISTEL  Dir. Administrativo |

**ANEXO III**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**MODELO PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa ..................................., sociedade comercial, inscrita no CNPJ sob n.º ......................, com sede na .................................., ..........,......................, no município de .................., Estado do ........................, por intermédio do representante legal o Sr. .............................., inscrito no CPF sob n.° .................................., residente e domiciliado na Rua ............................., n.° .........., no município de ....................., Estado do ...................., apresenta ao Município de Marquinho a sua proposta relativa a licitação modalidade de Concorrência nº **003/2023**, que trata de concessão de incentivo industrial na forma de concessão de direito real de uso sobre o Imóvel situado na Gleba 08, lote 18, Colônia Piquiri, com área total de 24.220,77 m², com a edificação de um barracão industrial em alvenaria com área total de 550,00 m² e perfuração de um poço artesiano, nas seguintes condições:

**CRITÉRIO: EMPREGOS DIRETOS IMEDIATOS**

Número TOTAL de empregos diretos IMEDIATOS a serem gerados no empreendimento:

|  |  |
| --- | --- |
| QUANTIDADE DE EMPREGOS: | .....número de empregos..... (.....número de empregos por extenso.....) |
| PONTUAÇÃO: | .....pontuação..... (.....pontuação por extenso.....) |

**CRITÉRIO: CAPITAL INVESTIDO NOS 03 (TRÊS) PRIMEIROS ANOS**

Investimento total a ser realizado nos três primeiros anos no empreendimento:

|  |  |
| --- | --- |
| CAPITAL INVESTIDO: | .....valor do capital..... (.....valor do capital por extenso.....) |
| PONTUAÇÃO: | .....pontuação..... (.....pontuação por extenso.....) |

**CRITÉRIO: PREVISÃO DE FATURAMENTO MENSAL**

Faturamento Mensal previsto para o empreendimento:

|  |  |
| --- | --- |
| FATURAMENTO MENSAL: | ......valor do faturamento mensal..... (.....valor do faturamento mensal por extenso.....) |
| PONTUAÇÃO: | .....pontuação..... (.....pontuação por extenso.....) |

**CRITÉRIO: UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA**

Origem da matéria-prima utilizada pelo empreendimento:

|  |  |
| --- | --- |
| UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA: | .....origem da matéria prima a ser utilizada..... |
| PONTUAÇÃO: | .....pontuação..... (.....pontuação por extenso.....) |

**CRITÉRIO: UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Origem da mão de obra empregada pelo empreendimento:

|  |  |
| --- | --- |
| UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA: | .....origem da mão de obra empregada..... |
| PONTUAÇÃO: | .....pontuação..... (.....pontuação por extenso.....) |

**PONTUAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA:** ................. (pontuação por extenso).

A proposta tem validade de .......mínimo 360 (trezentos e sessenta) dias......., a contar da entrega da presente.

Município de Marquinho/PR       de       de 2023.

Representante Legal

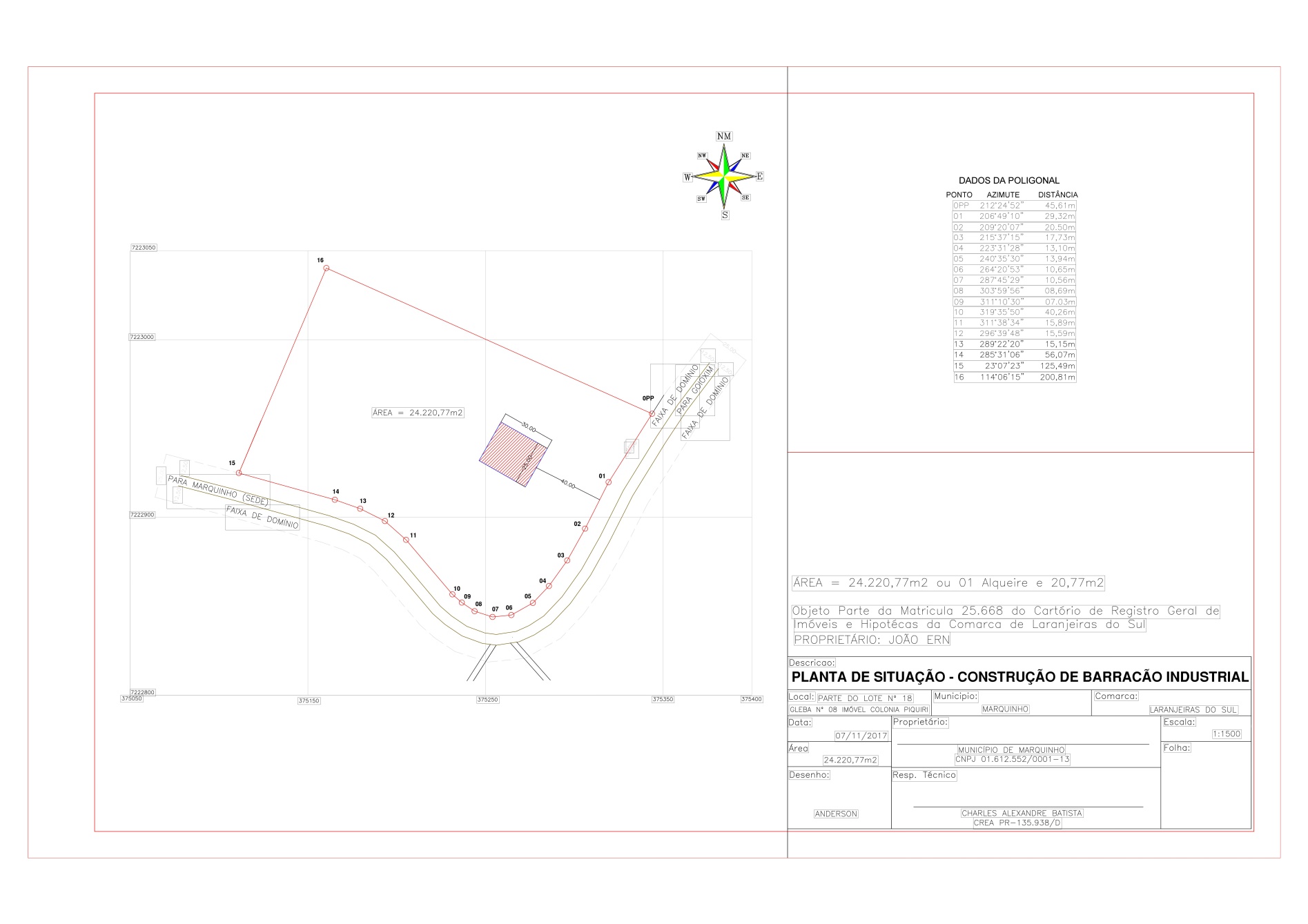
CPF:

Cédula de Identidade (RG):

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO IV – MODELO DE PROJETO DE INVESTIMENTO** | | | | | |
| **Local:** | **Imóvel situado na Gleba 08, lote 18, Colônia Piquiri, com área total de 24.220,77 m²** | | | | |
| **Objeto:** | **CONCESSÃO DE INCENTIVO INDUSTRIAL NA FORMA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO SOBRE IMÓVEL COM BENFEITORIAS PARA A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA, LOCALIZADO NO LIMITE DA FAIXA DE DOMÍNIO DA PR-364.** | | | | |
| Proponente (Razão Social): |  | | | | |
| CNPJ: |  | | | | |
| Endereço Completo: |  | | | | |
| Representante Legal: |  | | | | |
| Cédula de Identidade (RG): |  | | N° CPF: |  | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR UNIT.** | **( R$ ) – PM TOTAIS** |
| 01 |  |  |  |  |  |
| 02 |  |  |  |  |  |
| 03 |  |  |  |  |  |
| .......... |  |  |  |  |  |
| .......... |  |  |  |  |  |
| ......... |  |  |  |  |  |
| .......... |  |  |  |  |  |
|  | **VALOR TOTAL GLOBAL** |  |  |  |  |
|  | | | | | |
| Representante Legal  CPF:  Cédula de Identidade (RG): | | | | | |

**OBS.** Esta

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO V – MODELO LAYOUT DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO TERRENO (PLANTA DA OBRA/INVESTIMENTO)**

**ANEXO VI**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL A SER INSTALADO O EMPREENDIMENTO**

A proponente ..........(nome da proponente licitante).........., inscrita no CNPJ nº ............................. por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, participante da licitação modalidade Concorrência nº **003/2023**, declara, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei, que é conhecedora do local onde deverá ser instalado o empreendimento, suas condições, relevo, topografia, situação fática, divisas e confrontações, composição do solo, infraestrutura e acessos viários, além de outros fatores de interesse desta licitante, bem como da situação jurídico-legal da matrícula dominial de que trata o imóvel objeto do presente processo licitatório, declara também ter conhecimento dos projetos, plantas, bem como medidas e a localização de onde será construído o Barracão Industrial e a perfuração de um poço artesiano.

(local e data)

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Representante Legal

CPF:

Cédula de Identidade (RG):

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VII**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A proponente ..........(nome da proponente licitante).........., inscrita no CNPJ nº ............................. por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, participante da licitação modalidade Concorrência nº 003/2023, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em sua empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

(LOCAL E DATA)

Representante Legal

CPF:

Cédula de Identidade (RG):

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VIII**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DE QUE A EMPRESA LICITANTE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO**

Eu, ........................., brasileiro, ........................, empresário, inscrito no CPF sob n.° ................................., residente e domiciliado na ....................., n.°......, no município de ..................., Estado do .........................., na condição de representante legal da empresa ........................................ inscrita no CNPJ sob n.°................................., com sede na .................................., N.º ............, no município de ........................., Estado de ........................................., participante da licitação modalidade Concorrência nº **003/2023** do Município de Marquinho, declaro, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei, que a referida empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações e que não existem superveniências de fatos impeditivos para sua habilitação.

Local e data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Representante Legal

CPF:

Cédula de Identidade (RG):

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO IX**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

A empresa ........................................ inscrita no CNPJ sob n.°................................., com sede na .................................., N.º ............, no município de ........................., Estado de ........................................., neste ato representada por ........................., brasileiro, ........................, empresário, inscrito no CPF sob n.° ................................., residente e domiciliado na ....................., n.°......, no município de ..................., Estado do .........................., participante da licitação modalidade Concorrência n.º **003/2023** do Município de Marquinho, declara, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei civil e penal, que nos responsabilizamos pelo cumprimento e observância da legislação ambiental, arcando com as reparações e recomposições em decorrência de eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude da atividade econômica exercida no local, ficando o Município de Marquinho – PR, isento de qualquer tipo de responsabilidade, seja principal, acessória ou subsidiária.

Local e data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Representante Legal

CPF:

Cédula de Identidade (RG):

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO X**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**DECLARAÇÃO DE QUE ACEITA AS CONIÇÕES DO EDITAL E ACEITAS OS PRAZOS DA CONCESSÃO**

A empresa ........................................ inscrita no CNPJ sob n.°................................., com sede na .................................., N.º ............, no município de ........................., Estado de ........................................., neste ato representada por ........................., brasileiro, ........................, empresário, inscrito no CPF sob n.° ................................., residente e domiciliado na ....................., n.°......, no município de ..................., Estado do .........................., participante da licitação modalidade Concorrência n.º **003/2023** do Município de Marquinho, declara, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei civil e penal, que aceitamos todas as condições do Edital de Concorrência supracitado e em especial aceitamos o prazo de concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos, com a possibilidade de renovação por igual período.

Local e data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Representante Legal

CPF:

Cédula de Identidade (RG):

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO XI**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**DECLARAÇÃO DE PERMANENCIA DE NO MINIMNO UM TERÇO DOS SÓCIOS PROPRIETÁRIOS NO QUADRO SOCIAL DA EMPRESA**

A empresa ........................................ inscrita no CNPJ sob n.°................................., com sede na .................................., N.º ............, no município de ........................., Estado de ........................................., neste ato representada por ........................., brasileiro, ........................, empresário, inscrito no CPF sob n.° ................................., residente e domiciliado na ....................., n.°......, no município de ..................., Estado do .........................., participante da licitação modalidade Concorrência n.º **003/2023** do Município de Marquinho, declara, para todos os fins que se fizerem necessários, sob as penas da lei civil e penal, que na hipótese de alteração da razão social ou constituição de nova empresa, no mínimo 1/3 (um terço) dos sócios proprietários permanecerão os mesmos.

Local e data.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Representante Legal

CPF:

Cédula de Identidade (RG):

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO XII**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO, MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, OU PARLAMENTAR DE QUALQUER ESFERA DA ADMINISTRAÇÃO.**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob pena de incorrer no crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, que não possui qualquer das incompatibilidades contidas no inciso III, do artigo 9° da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, na Súmula Vinculante nº 13 do STF e no Prejulgado nº 9 do TCE/PR.

DECLARA, assim, que não há em seu quadro societário, nem possui contratados ou virá a contratar empregados que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, ou que sejam parentes (em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau) de autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Xxxxxxxxx

Representante Legal

RG:

CPF:

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO XIII**

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 038/2023**

**MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2023**

**DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA APRESENTARÁ TODAS AS COMPROVAÇÕES DA REALIZAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DA PROPOSTA COMERCIAL**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, para todos os fins de direito, sob as penas da lei que COMPROVARÁ, todas as condições estabelecidas na Proposta Comercial nos prazos estabelecidos no Edital de Concorrência n.º **003/2023**, instaurado pelo Município de Marquinho/PR.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Xxxxxxxxx

Representante Legal

RG:

CPF:

**OBS.** Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.